



**VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública**

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

**ARTIGO**

## **CAPACIDADES ESTATAIS EM GOVERNOS LOCAISUMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E SISTEMÁTICA**

**LUCAS BRAGA DA SILVA, LETÍCIA LINHALES DA SILVA, LIA DE AZEVEDO ALMEIDA  
LIA.ALMEIDA@UFT.EDU.BR**

**GT 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.  
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)  
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)  
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

# **CAPACIDADES ESTATAIS EM GOVERNOS LOCAIS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E SISTEMÁTICA**

## **Resumo**

Em um contexto das produções acadêmicas sobre capacidades estatais, Grin e Abrucio (2017) ressaltam que estas estão majoritariamente voltadas ao âmbito Federal, havendo menos foco nas capacidades dos municípios, em que pese a necessidade desse olhar devido à crescente descentralização de políticas públicas. Sendo assim, o objetivo é realizar uma revisão sistemática e análise bibliométrica da literatura buscando desvelar as diferentes abordagens sobre o tema, nacional e internacionalmente. A busca da literatura foi realizada na base de dados Web of Science, em que todas as áreas de pesquisa foram consideradas, e o período de busca foi de 1975 até 2020. A análise bibliométrica e sistemática possibilitou identificar padrões de semelhanças e diferenças entre os estudos de capacidades municipais em diferentes países, áreas de políticas públicas a fim de visualizar lacunas e definir agendas de pesquisa.

**palavras-chave: Capacidades estatais. Governos locais. Bibliometria.**

## **1 INTRODUÇÃO**

As capacidades estatais podem ser entendidas como a capacidade do Estado em identificar problemas, formular e implementar políticas públicas visando prover o desenvolvimento, sendo necessário para tal possuir diversas habilidades e alocar recursos adequadamente (GOMIDE 2016; PIRES; GOMIDES, 2018, SOUZA, 2017). Vários atributos irão interferir na capacidade de ação dos governos, sendo assim as capacidades precisam ser abordadas de forma multidimensional (GRINDLE, 1996; GRIN, 2012) e em múltiplos níveis de análise (WU; RAMESH; HOWLETT, 2015; RAMESH et al., 2016; RAMESH; HOWLETT; SAGUIN, 2016).

No início da década de 60, houve a recomendação de descentralização política, administrativa e fiscal, como estratégia para o desenvolvimento (SPINK, 1993), sendo que durante os anos 80 a descentralização das políticas foi altamente recomendada, havendo uma grande adesão de vários países latino-americanos (LUSTOSA, 2005).

E com a crescente adoção da descentralização política, fiscal e administrativas, expõe-se que a capacidade de entes subnacionais é um fator altamente relevante para o funcionamento eficaz do governo, uma vez que estes assumem novas responsabilidades e precisam saber gerir, financiar e planejar da melhor forma possível (PIÑA; AVELLANEDA, 2018; GRIN; ABRUCIO, 2017). Em conformidade a isto, Pierre (2019) resalta que aumentou a demanda por conhecimento especializado em governos locais, por haver uma disjunção entre o conhecimento, a informação, e a capacidade dos municípios.

Em um contexto das produções acadêmicas sobre capacidades estatais, Grin e Abrucio (2017) ressaltam que estas estão majoritariamente voltadas ao âmbito Federal, havendo menos foco nas capacidades dos municípios, o que é necessário, pois os municípios, inseridos em uma conjuntura de descentralização, podem ser responsáveis pela elaboração, implementação e monitoramento de diversas políticas públicas, mas nem sempre apresentam habilidades e recursos necessário para realizar essas atividades.

Sendo assim, este trabalho objetiva contribuir com as pesquisas sobre as capacidades estatais no âmbito municipal, ao fazer uma revisão sistemática da literatura buscando desvelar as diferentes abordagens sobre o tema, nacional e internacionalmente, apresentando uma síntese qualitativa sobre as áreas de capacidades que têm sido estudadas e, possibilitando que outros pesquisadores possam compreender padrões de semelhanças e diferenças entre os estudos capacidades municipais em diferentes países, áreas de políticas públicas a fim de visualizar lacunas e definir agendas de pesquisa.

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente foi feita uma breve contextualização do conceito de capacidades estatais e capacidades estatais em governos locais, na segunda parte, descrevemos os métodos adotados - a análise bibliométrica e a análise qualitativa dos artigos revisados. A análise bibliográfica auxilia a identificar como o fenômeno é trabalhado através de diversas disciplinas e a realidades de países diferentes. A análise qualitativa dos artigos pretende analisar em mais profundidade como os estudos estão distribuídos por áreas de políticas públicas, uma vez que algumas áreas são mais prioritárias para os municípios, e outras tendem a aparecer com menor frequência, como as questões climáticas, por exemplo. Nas considerações finais buscou-se lançar luz sobre o estado da arte e estabelecer futuras questões de pesquisa.

## **2 CAPACIDADES ESTATAIS**

A teorização sobre capacidades estatais iniciou-se por volta da década de 60, porém ganhou mais força nas décadas de 70 e 80. O conceito surgiu da necessidade de compreender o papel do Estado no desenvolvimento (AGUIAR; LIMA, 2019), contido na agenda de sociologia política da segunda metade do século XX. Em linhas gerais as conceituações deste campo de estudo tiveram influências das pesquisas das áreas de ciências sociais e econômicas, explorando questões como: desenvolvimento econômico, história econômica, política comparativa, estudos de conflitos e economia política da teoria de jogos (CINGOLANI, 2013).

Diversos estudiosos se destacaram na teorização do conceito ao longo do tempo: Gallie (1956), Tilly (1975), Evans; Rueschemeyer e Skocpol (1985), Skocpol (1985), Evans (1993;1995), Gomide; Pereira e Machado (2017), Mann (1984), Skocpol e Finegold (1982), Chubb e Peterson (1989), Geddes (1994), Grindle (1997; 2007; 2012), Souza (2016), Ramesh et al.(2016), Xun; Ramesh e Howlett (2015) (SOUZA, 2016; GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2017).

Destaca-se como marco teórico sobre as capacidades estatais os estudos de Skocpol (1985, 1987) no qual o Estado passou a ser pensado para além do condicionamento dos interesses dos grupos sociais, mas também como um agente responsável de formular e implementar objetivos próprios. Skocpol (1985) traz o conceito de autonomia e capacidade estatal, sendo que o primeiro se refere às possibilidades de formulação de políticas públicas e o segundo a implementação destas políticas.

Contudo, Skocpol (1985) acrescenta que a autonomia do Estado não é algo permanente e estrutural, mas que se modifica constantemente à medida que burocratas entram e saem das organizações, afetando as relações internas e externas deste. Já capacidade, diz respeito a recursos humanos e financeiros adequados para colocar em prática políticas públicas. É relevante explicitar que as características das capacidades se diversificam conforme a área da política pública e os arranjos político-institucionais.

Desta forma, Evans, Rueschemeyer e Skocpol (1985), já consideravam que para o Estado conseguir desempenhar esse papel autônomo e central em formular e implementar políticas públicas, este dependia da presença de um corpo burocrático que fosse capacitado para exercer esses ofícios,

Nessa perspectiva, a capacidade estatal foi associada à existência de burocracias no aparelho administrativo do Estado com as características do tipo ideal weberiano, ou seja, fundamentada nos pressupostos da especialização das funções, da meritocracia, do formalismo, da hierarquia e da impessoalidade (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018).

Por outro lado, Evans (1993) mesmo tendo como foco de sua análise a qualidade do aparato burocrático reconhece a relevância das relações externas às estruturas do Estado como variáveis importantes e que podem impulsionar ou constringer a capacidade de atuação estatal. Ademais, Evans (2011) aponta problemas gerados pelo insulamento burocrático, tais como a redução da capacidade do Estado de atender os interesses coletivos, e destaca a necessidade de criação de canais de participação social tanto para inserção social do Estado quanto como meio de articulação com os grupos econômicos nacionais. Para Evans seria necessário um equilíbrio entre burocracia

competente e autônoma, e parcerias com os grupos sociais. As variações neste contínuum criariam diferentes níveis de capacidades estatais (AGUIAR; LIMA, 2019).

No início da década de 1980 iniciou-se o processo de redemocratização em vários países, o que levou a consideráveis mudanças nos parâmetros das relações entre sociedade e Estado.

Para Huerta (2008), nas novas configurações das sociedades democráticas passou a ser fundamental o estabelecimento de relações entre organizações do setor público, do setor privado e da sociedade civil, sendo insuficiente apenas a existência de uma burocracia competente e corporativamente coerente para o Estado dar as respostas adequadas e efetivas a sociedade. Para o autor o conceito de capacidade estatal passa a se relacionar com o conceito de governança.

A governança pode ser entendida como um sistema que busca equilibrar o poder entre todos os envolvidos dentro da administração pública, os cidadãos, os representantes eleitos, gestores e colaboradores, visando o bem comum, prevalecendo os interesses coletivos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Também pode ser compreendida como uma interação entre múltiplos atores, mecanismos e práticas administrativas, buscando atingir os objetivos estabelecidos, por meio de uma administração eficiente e eficaz (RAQUEL; BELLEN, 2012).

Deste modo, as modificações nas relações entre Estado, sociedade e mercado passaram a requerer arranjos e estruturas institucionais mais complexas, inclusive com o compartilhamento da tomada de decisão e na produção e execução de políticas públicas entre atores governamentais e não governamentais (SCHNEIDER, 2005).

A partir desse entendimento, a governança está diretamente ligada a instituições e seu papel estruturador na interação entre diferentes atores, oferecendo a oportunidade de que esses diversos atores usem seus conhecimentos, criatividade e recursos para a busca de formas novas e melhores formas de se produzir políticas públicas. Assim sendo, a governança causaria mudanças associadas à possibilidade de ampliação das capacidades estatais (PIRES; GOMIDE, 2016).

Como as políticas públicas tem como loco de implementação o governo local, são estes burocratas que devem ser qualificados e aptos a estabelecer arranjos institucionais e formas de governança de políticas públicas em sua localidade. Para tal se faz importante compreender como essa problemática tem sido tratada também na literatura, como veremos a seguir.

## **2.1 Capacidades dos governos locais**

A promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um novo ambiente político no país, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto no âmbito da participação popular e a consolidação do Estado Democrático de Direito, sendo caracterizada pela busca por uma gestão mais descentralizada (GOMIDE; PIRES, 2014; SÁTYRO; CUNHA; CAMPOS, 2016).

No caso Brasileiro foram dados aos municípios, autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, o que possibilitou a descentralização das suas decisões acerca das políticas públicas (SANTOS, 2012). A descentralização busca atender de uma forma melhor as peculiaridades existentes em cada município, considerando que ela transfere para este a responsabilidade em implementação e execução das políticas, a partir dos repasses da União, em que cada município poderá considerar suas próprias demandas sociais e econômicas (JULIANO; BATISTA; VALENTE DO COUTO, 2019). Essa independência dos municípios passa, conforme Santos (2012), pela gestão de seus próprios recursos, sejam eles humanos ou financeiros, afetando os resultados obtidos na implementação das políticas públicas e as capacidades estatais de cada município.

Entretanto, essa autonomia foi dada a eles sem que houvesse qualificação dos gestores, pois o ente Federal foi por muito tempo o centralizador das tomadas de decisão sobre as políticas públicas a serem aplicadas. A partir do momento em que houve o processo descentralizador, houve dificuldades em gerir todo o aparato burocrático existente para a administração das políticas públicas, além da escassez de pessoas qualificadas (GOMES, FERREIRA; AMANCIO, 2017).

No caso brasileiro, o governo federal acabou atuando como ente indutor das capacidades municipais a partir do estabelecimento de sistemas nacionais de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde e assistência social. Entretanto, em outras áreas a atuação da federação parece ser bem mais tímida (GRIN, 2018).

Essa questão de ente indutor se dá, principalmente, ao fato de os municípios terem assumido um papel ativo na prestação de serviços públicos. A necessidade de se compreender as capacidades de governos locais perpassa por problemáticas como a implementação de programas desenvolvidos em âmbito federal, pois gera divergências entre a política escrita no papel e a que é realizada na prática. (CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018).

Assim, resta relevante analisar as capacidades dos municípios, pois independente do tipo de federação, são eles que irão entregar os serviços públicos na ponta, e são agentes centrais para o sucesso na implementação de políticas.

### **3 MÉTODOS**

Para buscar compreender qual o perfil dos estudos sobre capacidades estatais em âmbito municipal, tanto a partir da literatura nacional e internacional, foi realizado um estudo bibliométrico, sendo possível compreender a produção acadêmica sobre o assunto, por meio de análises estatísticas que resumem as publicações (TEIXEIRA; IWAMOTO; MEDEIROS, 2013; OLIVEIRA; TEODÓSIO, 2020). Para a efetivação desse estudo, a busca foi feita na base de dados Web of Science, em que todas as áreas de pesquisa foram consideradas, e o período de busca foi de 1975 até 2020.

Mediante ao fato de as capacidades estatais possuírem diversos entendimentos considerou-se uma variedade de palavras-chave, que pudessem capturar o fenômeno, assim 14 palavras chaves diferentes foram usadas para as pesquisas: "state capabilities municipalities"; "municipal state capacity"; "state capacity municipalities"; "municipal state capabilities"; "municipal government capacity"; "implementing capacity municipality"; "institucional capacity municipal"; "institucional capacity municipalities"; "fiscal capacity municipalities"; "financial capacity municipalities"; "administrative capacity municipality"; "policy capacity municipality"; "local government capacity"; "local government administrative capacity".

Foi realizada uma primeira pesquisa por tópicos (título, resumo e palavras-chave) que forneceu 7.461 resultados; em uma segunda pesquisa somente por título, 117 resultados foram obtidos. Destes resultados, foram excluídos capítulos de livros, teses, dissertações, trabalhos apresentados em eventos, sendo obtidos 88 resultados, que foram levados em consideração para a realização das análises nos softwares CitNetExplorer e o VOSviewer.

Os softwares foram utilizados para identificar os seguintes aspectos no conjunto de dados: rede de citações, rede de autores, rede de países, rede de cocitação de fontes, rede de ocorrência de palavras-chave e rede de acoplamento bibliográfico de documentos.

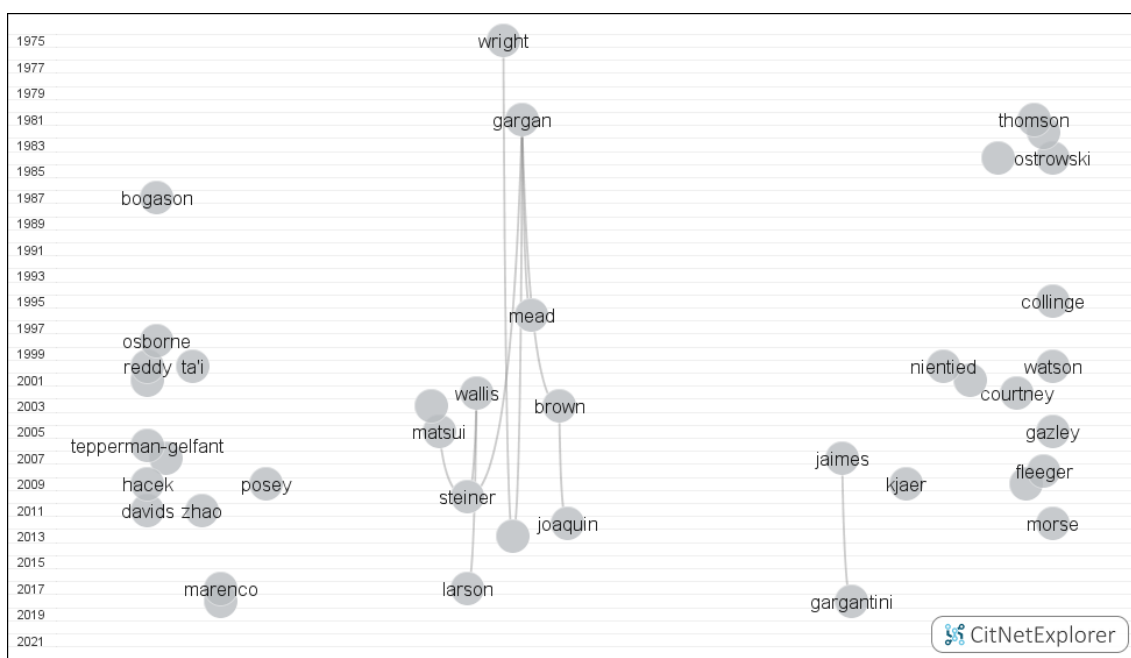
Após a análise bibliométrica, foi realizada a análise qualitativa dos principais artigos encontrados, buscando compreender, e operacionalização do conceito através das diferentes áreas de políticas públicas, visto que as problemáticas municipais variam em uma ampla gama de assuntos, desde saúde meio, ambiente, educação, e planejamento urbano, entre outras. Ao final, foram tecidas discussões sobre os achados, buscando lançar luz sobre lacunas teóricas e possíveis questões de pesquisa futuras.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### 4.1 Citation network

Os primeiros trabalhos sobre o tema foram escritos por Wright (1975), Gargan (1981), Thomson (1981), Ostrowski; White e Cole (1984) e Bogason (1987). Contudo, apesar destes trabalhos serem considerados seminais, é importante destacar que o artigo com maior escore de citações foi o de Garjan (1981), "Consideration of local-government capacity", publicado na *Revista Public Administration Review*. Os demais possuem escore de citação igual a zero ou um, o que significa baixo número de citações. É possível observar poucas ligações entre os grupos formados.

**Figura 1 - Redes de citações**



Fonte: dados da pesquisa

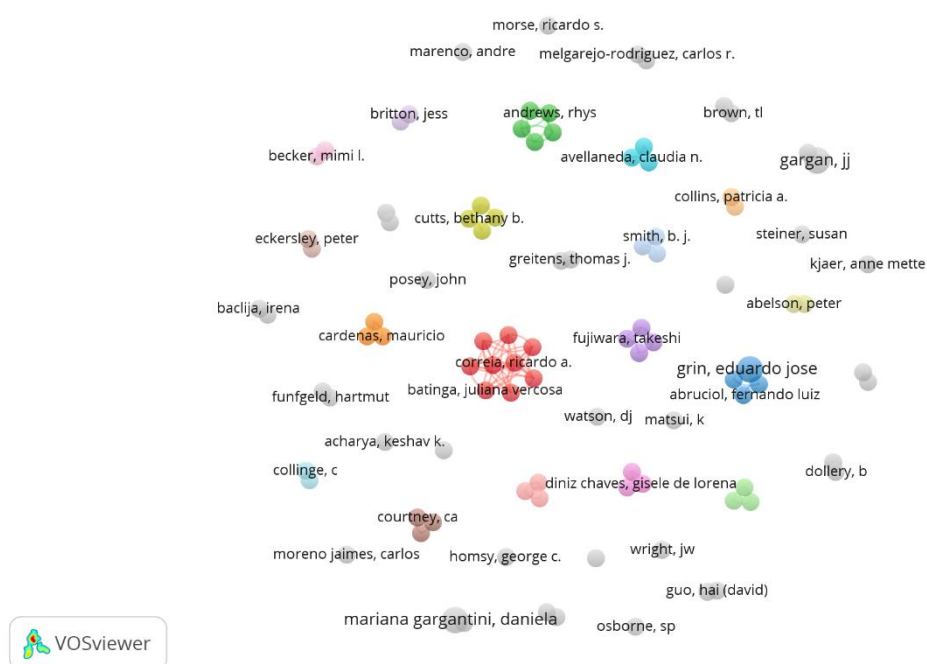
#### 4.2 Co-authorship authors network

As 88 publicações identificadas pelas buscas por palavras-chave foram de autoria de 191 autores ao todo. Destes, três autores publicaram mais de duas vezes sobre tópicos relacionados à capacidade. Neste conjunto de dados, os autores com mais publicações foram Grin (2); Garjan (2) e Melgarejo-Rodriguez (2). Os autores com muitas citações e força do link de citações igual a um foram Brown (156 citações) e Gargan (70 citações). Outros autores tiveram mais citações e conexão entre as citações de determinado autor com outro igual a zero, por exemplo, Posey (57 citações) e Lewis (21 citações).



É possível observar uma rede de coautoria com poucas colaborações. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que existem autores com muitas citações e pouca conexão com relação às citações entre os autores. A rede de coautoria mostra colaboração limitada entre autores que trabalham em questões que têm alguma sobreposição conceitual. Isso não significa que esse padrão ocorre apenas para a literatura sobre capacidades municipais, mas os dados revelam que há espaço para uma colaboração maior no campo.

**Figura 2 - Rede de co-autoria**

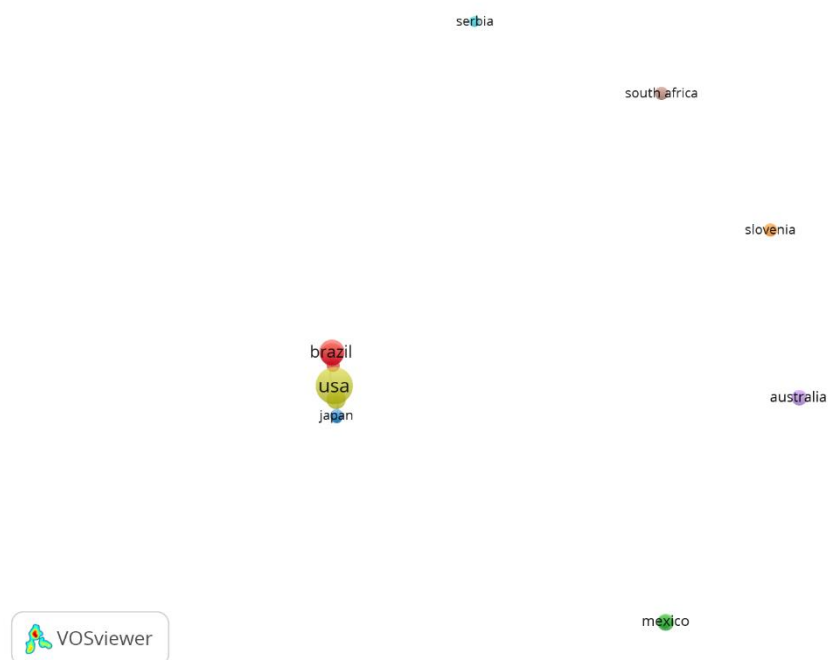


Fonte: dados da pesquisa

### 4.3 Co-authorship countries network

Os artigos foram publicados por autores vinculados a 32 países. Sendo que os mais influentes, são os Estados Unidos da América, Brasil, Sérvia, México, Austrália, Eslovênia, Japão, e África do Sul conforme demonstrado na figura 3. O software também identificou quatro clusters de pesquisas, o que indica que alguns países têm trabalhado o tema a partir de um mesmo enfoque científico. Primeiro, Brasil, Inglaterra e Alemanha. Segundo, Argentina e México. Terceiro, Japão e Nova Zelândia. Quarto, China e Estados Unidos da América. Contudo, o estudo identificou que a rede de colaboração de países é limitada porque apresentou poucas ligações entre os países.

**Figura 3 - Rede de co-autoria por países**



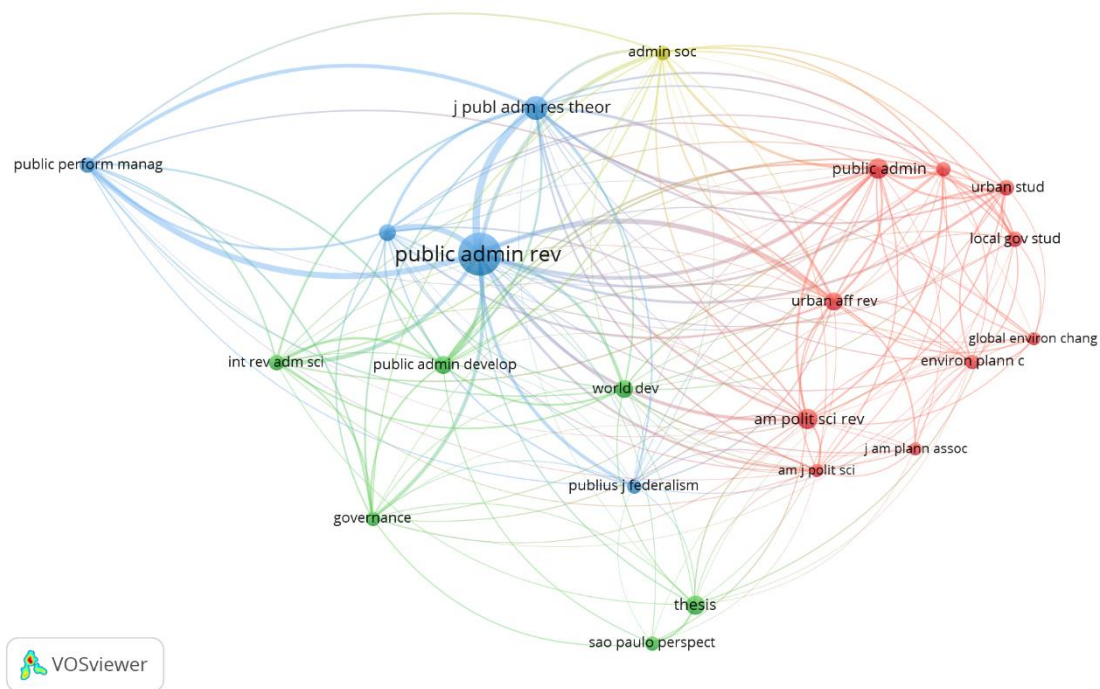
Fonte: dados da pesquisa

#### 4.4 Co-citation network of sources

Descobriu-se que de um total de 2.253 fontes, um total de 22 foram consideradas mais relevantes neste conjunto de dados. O mapa de co-citação das fontes indica a disseminação na literatura relevante do tema. Os nós significam que são periódicos da área e/ou de áreas correlatas. Os links de citação indicam a conexão que as publicações possuem neste conjunto de dados e que as fontes são citadas conjuntamente. Identificou-se quatro grupos de fontes, conforme Figura 4.

A análise revelou periódicos relativos à ciência política, políticas públicas, meio ambiente, administração pública, estudos urbanos, gestão pública, (em vermelho), fontes ligadas a governança, desenvolvimento, relações internacionais, (em verde), fontes sobre gestão pública, administração pública, federalismo (em azul) e fontes das ciências sociais (em amarelo). Foi possível perceber que o tema desperta interesse de pesquisadores de áreas variadas, especialmente administração pública e estudos do desenvolvimento e urbanos.

**Figura 4 - Rede de co-citação de fontes**



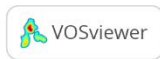
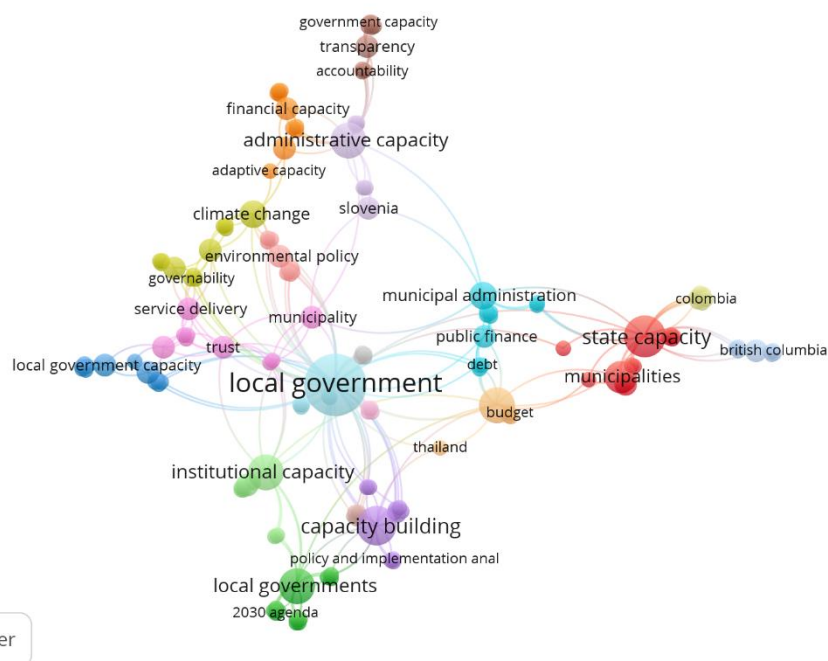
Fonte: dados da pesquisa

#### 4.5 Co-occurrence network of author keywords

As palavras-chave oferecem insights sobre os principais temas de pesquisas e interesses de pesquisadores. Os nós e as ligações resultam na criação de clusters. Nesse sentido, alguns temas se destacaram mais do que outros, conforme Figura 5.

O grupo 1 (vermelho) traz um enfoque para as capacidades institucionais, o 2 (verde) para as capacidades locais voltadas a agendas ambientais, o grupo 3 (azul escuro) capacidades do governo local com relação às mudanças climáticas, o 4 (amarelo) traz um enfoque para capacidades locais para preservação do meio ambiente, o 5 (roxo) aborda das capacidades estatais para a implementação de políticas públicas e a engajamento do cidadão, o 6 (azul claro) enfoca capacidades dos municípios das políticas educacionais e as relações intergovernamentais, o 7 (laranja) trata das capacidade administrativa e financeira, e o 8 (marrom) trata as capacidades dos governos locais com relação à transparência pública e accountability. Outras questões como políticas ambientais, capital social, políticas urbanas, resíduos sólidos e outros temas também foram discutidos nas pesquisas. Esses dados sugerem que os pesquisadores têm voltado os conceitos e teorias das capacidades em diversas problemáticas municipais.

**Figura 5 - Rede de ocorrência de palavras-chave**

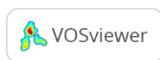
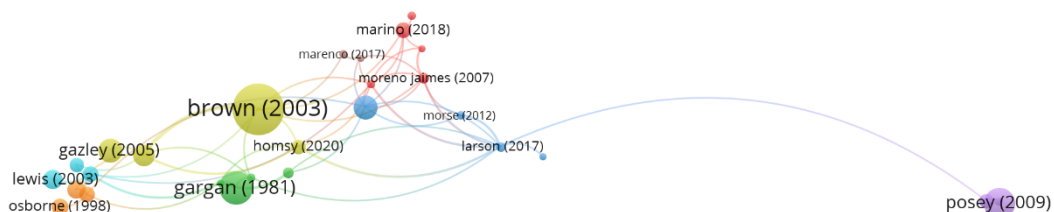


Fonte: dados da pesquisa

#### 4.6 Bibliographic Coupling network of documents

Os autores com maiores links de acoplamento bibliográfico foram Brown (2003), Gargan (1981), Gazley (2005). O trabalho de Posey (2009) está mais distante dos demais porque houve poucos links de citação.

**Figura 6 - Rede de acoplamento de documentos**



Fonte: dados da pesquisa

#### **4.7 Análise qualitativa**

Foi possível identificar três principais grupos nos artigos: os que avaliam capacidades dos governos locais para a implementação de políticas públicas, os que avaliam dimensões específicas de capacidades dos governos locais e os artigos teóricos.

Dentro do grupo dos artigos de capacidades para implementação de políticas públicas o que apresenta maior representatividade são os que abarcam as políticas de cunho ambiental, abordando diferentes tipos de políticas: as políticas de resíduos sólidos, de energia sustentável, de mudanças climáticas e de gestão de inundação, além de estudos que analisam impactos nas políticas ambientais por conta de restrições nas capacidades políticas ou por meio de inovações nessas políticas.

Os artigos que avaliam capacidades em suas dimensões específicas são compostos majoritariamente por artigos que buscam mensurar a capacidade nas seguintes dimensões: administrativa, fiscal, técnica e burocrática.

Os demais artigos analisados, possuem objetivos diversos e alternam entre avaliar a capacidade de determinadas atividades dos governos locais: gerenciar imigração, gerir contratos públicos, de inovar nas organizações públicas, e de administrar voluntários nas ações públicas, e aqueles que objetivaram investigar sobre como a existência de capacidades apresentam influência em diversas questões políticas: como a prestação de serviços públicos, o consumo médio familiar, o número de matrículas escolares, e por último, os que analisam as características que interferem nas capacidades: a alternância partidária e a governança.

E, por fim, os artigos teóricos, apresentados em menor número, que consistem nos que apontam teorias sobre o conceito de capacidades aplicado em governos locais, associando a conceitos como governança e capital social.

#### **5 CONCLUSÕES**

A partir da análise bibliométrica, pode-se perceber que a temática de capacidades estatais em governos locais, ainda não se constituiu com uma forte tradição nas pesquisas, principalmente se compararmos com tema: capacidades estatais de forma geral, em que o estudo de (SAGUIN; TAN; GOYAL, 2018) encontraram 438 artigos. É possível observar uma rede de coautoria com poucas colaborações, demonstrando que há espaço para uma colaboração maior no campo.

Foi possível perceber que o tema desperta interesse de pesquisadores de áreas variadas, especialmente administração pública e estudos do desenvolvimento e urbanos, e que as produções brasileiras aparecem em um grupo formado pelo Brasil, Inglaterra e Alemanha.

Sobre a abordagem do tema, percebeu-se que um grupo de artigos abordou o tema a partir das dimensões específicas de capacidades, sendo elas a administrativa, fiscal, técnica e burocrática. Vale notar que não foi identificada a análise capacidade política ou relacional, conforme demonstrado também no artigo de Silva e Almeida que empreenderam uma revisão de literatura sobre capacidades estatais de forma geral. Percebe-se que esta dimensão ainda é pouco explorada, talvez por ainda não ser uma realidade em diversos sistemas políticos, ou talvez por ser considerada menos relevante para os casos específicos estudados.

Um achado que chamou bastante a atenção, foi a grande quantidade de estudos voltados a problemáticas ambientais, o que corrobora o estudo de Grin (2018), em que afirma que as capacidades da área da saúde, assistência social e educação tendem a ser mais desenvolvidas por fazerem parte de um sistema nacional de políticas onde o governo federal cria formas de induzir essas capacidades, o que não ocorre na área ambiental no Brasil, por exemplo. Outra explicação é para o fato de que os problemas ambientais como as mudanças climáticas, e inundações, são problemáticas relativamente recentes e que cada localidade tem criado suas próprias soluções de políticas locais, o que demanda dos governos locais uma maior capacidade, uma vez que as soluções não chegam prontas do nível superior de governo. Por isso, talvez essa preocupação maior da literatura em abordar as capacidades nessas áreas.

Sugerimos que novos estudos devem abordar as capacidades político-relacionais como sendo uma importante dimensão das capacidades que estão relegadas nos estudos, e que o foco da agenda de pesquisa deve reforçar ainda mais o foco nas capacidades para gestão de políticas ambientais, pois a demanda é cada vez maior nessa área de políticas, não só no Brasil quanto internacionalmente.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **Bib: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. São Paulo, n. 89, p. 1-28, 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/199696>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. 2018. In: Burocracia e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ipea, 2018, p. 227-246.

CINGOLANI, Luciana. **The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures**. 2013.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

EVANS, Peter B. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, n. 28-29, p. 1-29, abr. 1993.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des) vantagens comparativas do Brasil. In: **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Brasília: Ipea, 2016. p.15-49.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. Apresentação- O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 1, 2017.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 935-955, 2018.

GRIN, Eduardo José. Notas sobre a construção do conceito de capacidades estatais. **Revista Teoria & Sociedade**, v.1, n. 20, 148-176, 2012.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. O que dizer das capacidades estatais dos municípios brasileiros em um contexto de descentralização de políticas? In: XIII Congresso Nacional de Ciencia Política “La Política en Entredicho. Volatilidad Global, Desigualdades Persistentes y Gobernabilidad Democrática”, 2017, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2017.

GRIN, Eduardo José et al. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, 2018.

GRINDLE, Merilee Serrill. 1996. **Challenging the State: Crisis and Innovation in Latin America and Africa**. Cambridge: Cambridge University Press.

HEDLUND, Ezequiel. ESTADO E DEMOCRACIA: A LEGITIMAÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO. **Orbis Latina**, v. 10, n. 2, p. 13-28, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2160>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

LUSTOSA, Paulo Henrique. Descentralização e centralização em um ambiente em globalização. **Ser Social**, n. 4, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 110-135, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5974>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

OLIVEIRA, Verônica Macário de; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Consumo Colaborativo: um estudo bibliométrico entre 2010 e 2019. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 26, n. 2, p. 300-329, 2020.

PIERRE, Jon. Multilevel governance as a strategy to build capacity in cities: Evidence from Sweden. **Journal of Urban Affairs**, v. 41, n. 1, p. 103-116, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07352166.2017.1310532?needAccess=true>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PIÑA, Gabriel; AVELLANEDA, Claudia N. Local Government Effectiveness: Assessing the Role of Administrative Capacity. **School of Public and Environmental Affairs, Indiana University, Bloomington, IN**. 2017 Disponível em: <<https://ostromworkshop.indiana.edu/pdf/seriespapers/2017sprcolloq/avellaneda-paper.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v.24, n.58, p. 121-143, 2016.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas. **IPEA: Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 19, 2018.

RAQUEL, Izabela; BELLEN, Hans Michael Van. Contribuição à concepção da governança pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. In: XXXVI Encontro da Anpad. Rio de Janeiro, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2012. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_APB1003.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1003.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SAGUIN, Kidjie; TAN, Si Ying; GOYAL, Nihit. Mapping scientific research on policy capacity: A bibliometric analysis and qualitative framework synthesis. In: **International Workshop on Public Policy**. 2018.

SOUZA, Celina. Capacidade Burocrática para a Implementação de Políticas: Brasil e Argentina em perspectiva comparada. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Abcp.

SOUZA, Celina. Federalismo e capacidades estatais: o papel do Estado-membro na política de assistência social. **IPEA**, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8607>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta. **Poder local: Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, p. 07-34, 1993.

TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; IWAMOTO, Helga Midori; MEDEIROS, Ana Lúcia. Estudos bibliométricos (?) em administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 3, p. 423-452, 2013.

TILLY, C. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

WU, Xun.; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society**, v. 34, n. 3-4, p. 165- 171, 2015.